



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 183

SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12881
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12897
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12898
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12927
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	13027
EDITAIS E AVISOS.....	13028

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 18 DE SETEMBRO DE 1991

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO 14.766-4,

RESOLVE conceder exoneração, a partir de 09 de setembro de 1991, de acordo com o artigo 34, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a INES AMARO DA SILVA, Assistente Social, Classe "A", Código STF-NS-930, Referência NS-11, do Quadro da Secretaria deste Tribunal.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ALVARO MARQUES DE OLIVEIRA	1 0000365-3/400
JOSE GUILHERME VILLELA	1 0000587-1/600
MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA	1 0000379-8/260
1 0000380-1/260	1 0000381-0/260
1 0000383-6/260	1 0000384-4/260
1 0000386-1/260	1 0000387-9/260
1 0000389-5/260	1 0000390-9/260
1 0000392-5/260	1 0000393-3/260
1 0000395-0/260	1 0000394-1/260

DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA SEGUNDA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ARI, 56, RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0068944-2/130 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
IMPTE : ULISSES AZEVEDO SOARES
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACTE : ULISSES AZEVEDO SOARES
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

HC 0068948-5/130 DF
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
IMPTE : ROBERTO GOMES LIMA
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACTE : CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA

HC 0068953-1/130 DF
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
IMPTE : NILTON GARIBALDI E OUTRO
COATOR : TRIBUNAL DE ALCADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACTE : GILBERTO ROBALDO NEVES
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

HC 0068954-0/130 RJ
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
IMPTE : ARCELO PAES CAMARGO FILHO
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PACTE : ANDRE DE AZEVEDO CAMARGO E OUTRO

SS 0000379-8/260 PE
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO
IMPTE. : JOSUE RODRIGUES DE CARVALHO E OUTRO
REGISTRADO

SS 0000380-1/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : MARIA APARECIDA HARUE SOEI
REGISTRADO

SS 0000381-0/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : MARCOS AURELIO RIBEIRO E OUTROS
REGISTRADO

SS 0000382-8/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : CESAR MONTALVAD FERNANDES
REGISTRADO

SS 0000383-6/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : NEUSA AMBROSIO DE ANDRADE
REGISTRADO

SS 0000384-4/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : LUCIA HELENA DOS SANTOS
REGISTRADO

SS 0000385-2/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : SEBASTIANA GONCALVES RIBEIRO
REGISTRADO

SS 0000386-1/260 SP
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
IMPTE. : MARTA TEREZA AMARANTE LEVY RIBAS
REGISTRADO

SS 0000387-9/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : NELMA SANTA CLARA MONJARDIM E OUTROS
 REGISTRADO

SS 0000388-7/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : FERNANDO CAIRA GITAHY
 REGISTRADO

SS 0000389-5/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : MARIA LUIZA DE SABOIA CAMPOS ALVES DE OLIVEIRA
 REGISTRADO

SS 0000390-9/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA
 REGISTRADO

SS 0000391-7/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : ALDYSIO ALVAREZ CRUZ E OUTROS
 REGISTRADO

SS 0000392-5/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : JOAO ALVES DE OLIVEIRA
 REGISTRADO

SS 0000393-3/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : CARLOS ALFREDO RIBEIRO
 REGISTRADO

SS 0000394-1/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : CARL MELVIN LALONE
 REGISTRADO

SS 0000395-0/260 SP
 REQTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
 REQDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
 IMPTE. : PAULO ANTONIO NARCIZO
 REGISTRADO

MT 0000365-3/400 RJ
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
 IMPTE. : ALVARO MARQUES DE OLIVEIRA
 ADV. : ALVARO MARQUES DE OLIVEIRA
 IMPDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA

ADIN 0000587-1/600 DF
 RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
 REQTE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 ADV. : JOSE GUILHERME VILLELA
 REQDO. : CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	17			17
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		2		2
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
MIN. MARCO AURELIO		1		1
TOTAL	17	6		23

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUICAO.....RHODE POUBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVICO DE DISTRIBUICAO, PUBLICIDADE E ESTATISTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIARIO.

Brasília, 18 de setembro de 1991.

MINISTRO SYDNEY SANCHES
 Presidente

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 34 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno para julgamento a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

Extr. 541-3 - DF
 Rel.: Min. Neri da Silveira. Reqte.: Governo da Itália.
 Extrdo.: Giancarlo Donnini (Advs.: Pedro Gordilho e outro).

ADIn nº 546-4 - RS
 Rel.: Min. Moreira Alves. Reqte.: Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Advs.: Gabriel Pauli Fadel e outro). Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

AR 1.169-4 - SP
 Rel.: Min. Celso Borja. Revisor: Min. Paulo Brossard. Autor: Loide Moraes Ramos (Advs.: Walter Vagnotti Dominguez e Alexandre Crepaldi). Réu: Milton Ramos (Advs.: Sebastião Cassiano de Paula e Zoraide de Castro Coelho).

AR 1.178-3 - DF
 Rel.: Min. Marco Aurélio. Revisor: Min. Ilmar Galvão. Autor: Paulo Salim Maluf (Adv.: Fernando Neves da Silva e outro). Réus: Vergílio Egydio Lopes Enei (Adv.: Em causa própria) e Município de São Paulo (Adv.: Carlos Robichez Penna e Theophilo Queiroz Cruz). Litisconsorte Ativo: Armando Simões Netto (Adv.: Fernando Neves da Silva).

SE 4.248-7 - Emirados Árabes Unidos
 Rel.: Min. Carlos Velloso. Reqte.: Mustafa Hussein Mustafa & Co. (Advs.: Antônio Roberto Barbosa e outro). Reqda.: Construtora S/A - Construções e Comércio (Advs.: Paulo Villaga, Izabel Cardoso Felix de Souza e outro).

MS 21.067-2 - DF
 Rel.: Min. Ilmar Galvão. Impte.: Afonso José Coelho César (Adv.: Ricardo Ramos Mello). Impdo.: Mesa do Senado Federal.

MS 21.294-2 - DF
 Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Impte.: Dirceu de Souza Tixiliski (Adv.: Romeu Felipe Bacellar Filho). Impdo.: Presidente da República.

Brasília, 18 de setembro de 1991.

LUIZ TOMIMATSU
 Secretário



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
 SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356 DIMN BR
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 16.434,00	Cr\$ 8.118,00	Cr\$ 29.766,00	Cr\$ 16.434,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
 Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/339/314/317/328/325/308
 Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

PROCESSO : AI 023928 / 91 - 9 . TRT DA 03a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA
SOCIAL - INAMPS
ADVOGADO : Dr(a). MARIA A. MELO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MARIA DAS DORES BASTOS DA SILVA E OUTRAS

PROCESSO : AI 024573 / 91 - 5 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. ANTONIO AMARAL
AGRAVANTE : NELSON BATISTA DE AZEVEDO
ADVOGADO : Dr(a). SID. H. RIEDEL DE FIGUEIREDO
AGRAVADO : GRUPO INTERNACIONAL CINEMATOGRAFICO LTDA
ADVOGADO : Dr(a). MARCELO PEREIRA GOMARA

PROCESSO : AI 025667 / 91 - 3 . TRT DA 03a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : MANNESMANN FI-EL FLORESTAL LTDA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ALBERTO COLTO MACIEL
AGRAVADO : MARIA DO ROSARIO VIEIRA

PROCESSO : AI 026594 / 91 - 3 . TRT DA 01a. REGIÃO
RELATOR : MIN. NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
AGRAVANTE : POSTUS - INSTITUTO PORTOBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : Dr(a). MARCOS DIBE RODRIGUES
AGRAVADO : SIND DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E
CAPITALIZACAO E DE AGENTES AUTONOMOS DE SEGUROS PRIVADOS
E DE CREDITO E EM EMPRESAS DE PREVIDENCIA PRIVADA NO
ESTADO DO RJ
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 020795 / 91 - 0 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : CLEUSA PAULINO
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO ROSELLA
RECORRIDO : METALFRIIO S/A - INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : Dr(a). JOSE A PETRUCCI

PROCESSO : RR 021526 / 91 - 2 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
ADVOGADO : Dr(a). MARTA CASADEI
RECORRIDO : SYLVIO CARLOS DE ASSUMPCAO
ADVOGADO : Dr(a). SID. H. RIEDEL DE FIGUEIREDO

PROCESSO : RR 022665 / 91 - 0 . TRT DA 04a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL

RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ROBERTO ROCHA
RECORRIDO : NEIDA SILVA RIZZO
ADVOGADO : Dr(a). MARIA LUCIA VITORINO BORBA

PROCESSO : RR 022799 / 91 - 4 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : Dr(a). JUSSARA IRACEMA DE S E SACCHIS
RECORRENTE : EDMILSON TREVISAN
ADVOGADO : Dr(a). JOSE EDUARDO FURLANETTO
RECORRIDO : OS MESMOS

PROCESSO : RR 023198 / 91 - 3 . TRT DA 04a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : ARLINDO MACHADO E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). WILSON DE OLIVEIRA MOREIRA
RECORRIDO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TIBOJA FONTOURA CRUZ

PROCESSO : RR 023734 / 91 - 5 . TRT DA 09a. REGIÃO
RELATOR : MIN. ANTONIO AMARAL
REVISOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : DANIEL LAYNES DE ANDRADE
ADVOGADO : Dr(a). ROBERTO BARRANCO
RECORRIDO : MUNICIPIO DE CURITIBA

PROCESSO : RR 023969 / 91 - 1 . TRT DA 12a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : OXFORD S/A - INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : Dr(a). CARLOS EDUARDO GRISARD
RECORRIDO : ISOLETE GOMES CARVALHO
ADVOGADO : Dr(a). ADEMIR WOLFF

PROCESSO : RR 024190 / 91 - 1 . TRT DA 02a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : JOSE ROBERTO DE PAULA
ADVOGADO : Dr(a). UBIRAJARA WANDERLEI LINS JUNIOR
RECORRIDO : LOKARBRAS LOCACAO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO : Dr(a). PEDRO BATISTA MORETTI

PROCESSO : RR 024760 / 91 - 2 . TRT DA 01a. REGIÃO
RELATOR : MIN. ANTONIO AMARAL
REVISOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : BANCO REAL S/A
ADVOGADO : Dr(a). MOACIR BELCHIOR
RECORRIDO : WALTER LINHARES DIAS
ADVOGADO : Dr(a). ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

PROCESSO : RR 024779 / 91 - 1 . TRT DA 03a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL
RECORRENTE : JOSE BELLIS DA SILVA
ADVOGADO : Dr(a). WILSON CARNEIRO VIDIGAL
RECORRIDO : CIMETAL SIDERURGIA S/A E OUTRA
ADVOGADO : Dr(a). LUIZ OTAVIO DE LIMA PEREIRA

PROCESSO : RR 024809 / 91 - 4 . TRT DA 04a. REGIÃO
RELATOR : MIN. ANTONIO AMARAL
REVISOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : ARLINDA MARIA MACHADO

ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
RECORRIDO : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
ADVOGADO : Dr(a). MARIO SATURNINO KRUSE

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO, SE ULTRAPASSAREM DE VINTE OS FEITOS REMANESCENTES (LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, ART. 38).

Brasília, 18 de setembro de 1991.

JORGE ALOISE
Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.536, DE 17 DE SETEMBRO DE 1991

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício GP/Nº 2.882/91, de 04 SET 91, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e a expressa manifestação da interessada, resolve

TRANSFERIR nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, sem ônus para os cofres públicos, DENISE GALARDO AMORIM DUTRA, Técnica Judiciária, código STM-AJ-021, classe "Especial", referência NS-25, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar para o Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
Publicação para conhecimento do interessado
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 273-7/DF

Recorrente: GILSON FERREIRA ROCHA, 1º Ten. FN
Recorrida : A Justiça Militar Federal
Advogada : Drª Carmen Lúcia A. de Montesinos
D E S P A C H O

A Drª Carmen Lúcia A. de Montesinos interpõe Recurso Extraordinário para o E. Supremo Tribunal Federal com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, inconformada com a decisão proferida nos autos da Apelação nº 45.898-0, que condenou o 2º Ten. FN GILSON FERREIRA ROCHA à pena de três anos, seis meses e vinte dias de reclusão, por infringência ao art. 242, §2º, I e II, c/c o art. 30, II, do CPM (roubo qualificado).

A ementa do Acórdão recorrido está vazado nos seguintes termos:

"ROUBO QUALIFICADO. TENTATIVA. Autoria e materialidade bem definidas. Perfeito enquadramento do tipo penal à conduta delitiva do acusado. Delito que não se perfez quanto ao objetivo visado por circunstâncias alheias à vontade do acusado. Preliminar de incompetência da Justiça Militar improcedente. Crime praticado por militar da ativa contra militar da ativa - Art. 9º, inciso II, alínea "a" do CPM. Razões defensivas que não encontram suporte probatório nos autos. Preliminar rejeitada por unanimidade. No mérito, rejeitado por unanimidade o recurso da Defesa e, por maioria, provido parcialmente o recurso do MPF, para mantida a condenação, retificar-se erro material contido na Sentença."

A Douta Procuradoria-Geral da Justiça Militar, no Parecer de fls. 11/15, da lavra do ilustrado Subprocurador-Geral, Dr. Flávio Benjamin Correa de Andrade, opina pela não admissão do recurso.

Preliminarmente, cumpre observar que o apelo é tempestivo, nos termos do art. 571 do Código Processual Penal Militar.

No mérito, falta-lhe os pressupostos constitucionais exigidos no art. 102, III, a da Carta Política de 1988, que estabelece:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as

causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição".

A defesa, na inicial, argui a incompetência da Justiça Militar para proceder ao julgamento, alegando a violação do art. 124 da Constituição Federal, pois no seu entender, o fato pelo qual foi condenado o recorrente, tal como descrito na denúncia, não encontraria definição legal no art. 9º do Código Penal Militar.

O argumento central em que se lastreia o recurso extremo foi devidamente analisado pelo Ministério Público Militar, colhendo-se de sua contestação as razões, in verbis:

"Sem embargo do elevado descortínio da inclita Presidência da Superior Corte de Justiça Castrense, não merece cabimento o apelo extraordinário, em exame, visto que o V. Acórdão recorrido não contrariou preceito estabelecido na Constituição Federal, como pretende a douta causídica subscritora da postulação.

Prescreve o artigo 124 da Lei Maior:

"A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes Militares definidos em lei".

Ora, alega o Recorrente que V. Acórdão espancado reconheceu da competência da Justiça Militar Federal para processar e julgar o delito, confessadamente, praticado pelo Oficial Fuzileiro Naval, qual seja, tentativa de furto contra o patrimônio de outro militar das Forças Armadas Brasileiras.

Para julgar-se competente no feito, o Egrégio Superior Tribunal Militar estribou-se no artigo 9º, inciso II, letra "a" do Código Penal Militar que assim preceitua:

"Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I -
II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhados contra militar na mesma situação ou assemelhado;"

Relatam os autos da Apelação nº 45.898,0/RJ que o Recorrente, oficial em situação de atividade, foi denunciado, julgado e condenado por tentativa de subtração de bem pertencente a outro oficial em igual situação de atividade.

Por conseguinte, a ação descrita na denúncia, formulada pelo Ministério Público Militar, e atribuída ao 1º Tenente FN GILSON FERREIRA ROCHA, enquadra-se, por inteiro, na figura delitiva preconizada pelo artigo 242, §2º, incisos I e II c/c o artigo 30, inciso II, ambos do Código Penal Militar. Ipso facto, não há como atribuir-se incompetência da Justiça Militar Federal para conhecer e julgar o crime de furto qualificado praticado pelo Recorrente."

Com efeito, em nenhum momento a decisão recorrida contrariou a Constituição Federal, não sendo suficiente apenas a indicação do dispositivo pretensamente violado. Impõe-se que o recorrente demonstre com fundamentação razoável a desejada afronta, sem o que a simples alegação de incompetência da Justiça Castrense cai no vazio, revelando somente o propósito de devolver à Suprema Corte o reexame do conjunto probatório, vedado na via recursal extraordinária.

Diante do exposto, deixo de admitir o presente recurso negando-lhe seguimento.

Brasília, 13 de setembro de 1991.
Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA
Ministro Vice-Presidente, no
exercício da Presidência"

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 110

- APELAÇÃO Nº 46.428-1 - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advº Drª Lucia Maria Lobo
- APELAÇÃO Nº 46.422-2 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr João Thomas Luchsinger
- APELAÇÃO Nº 46.460-5 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Edgar Leite dos Santos

AVISO

A Imprensa Nacional

possui espaços próprios para eventos culturais

Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos
pelo fone: 321-5566 — R.: 208 e 124.

ou no SIG — Quadra 6 — Lote 800 — CEP 70.604 — Brasília — DF

Editais e Avisos

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

EDITAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1991

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, torno público, para ciência dos Senhores Advogados, partes e demais interessados que a Seção Especializada em Dissídios Individuais realizará Sessão Extraordinária nos seguintes dias e horários:

- dia 24 de setembro do corrente ano, terça-feira, com início às 9 h (nove horas) e término às 12 h (doze horas);
- dia 25 de setembro do ano em curso, quarta-feira, com início às 9 h (nove horas) e término às 18 h 30 min (dezoito horas e trinta minutos).

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal

Segunda Turma

EDITAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1991

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da Segunda Turma, torno público, para ciência dos Senhores Advogados, partes e demais interessados, que esta Egrégia Turma, realizará Sessão Extraordinária a partir de 09:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 23 de setembro de 1991, (Segunda-Feira) e Sessão Ordinária a partir de 13:30 (treze horas e trinta minutos) do mesmo dia.

JUHAN CURY AGUIAR
Diretora da Secretaria da Turma

IMPORTANTE

Para não haver interrupção de sua assinatura, alertamos que o pedido de renovação deverá ser RECEBIDO na Imprensa Nacional de 10 a 15 dias antes do vencimento, impreterivelmente.

Encarecemos observar criteriosamente os prazos, uma vez que o controle informatizado não permite retroagir assinaturas.

IMPRENSA NACIONAL - IN
Divisão Comercial - DICOM
Seção de Divulgação - SEDIV